

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO AO USO ABUSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

José Carlos Oliveira Flôres¹

Danilo Marques da Silva Godinho²

RESUMO:

Este estudo objetiva trazer uma reflexão sobre um tema bem recorrente na contemporaneidade, envolvendo a área da saúde, que é a questão do uso de drogas, mais especificamente consumo excessivo de bebidas alcoólicas e seus impactos na vida do usuário. Destaca-se, então, a importância de trazer a discussão de como profissionais da saúde, em especial psicólogos, podem minimizar as dificuldades em lidar com o uso abusivo do álcool, seja no âmbito da saúde física e mental dos usuários/pacientes, bem como trazer um olhar ao ambiente social em que se encontram essas pessoas. Neste contexto, observar comportamentos e ambientes que permeiam a vida dos usuários torna-se o foco de psicólogos, como estratégia de entender e vivenciar toda a problemática da dependência para que se possa buscar tratamento mais eficaz. Artigos e textos complementares, publicados em sua maioria em revistas conceituadas na área da psicologia, foram usados com base para a realização deste trabalho. Discussões apresentadas nesses textos ressaltam a importância de se trabalhar a redução de danos, referenciando as dificuldades enfrentadas pelas equipes multidisciplinares que direcionam o tratamento à subjetividade humana, sendo que o dependente possa ser visto como um cidadão, quebrando assim, o preconceito que permeia esses sujeitos. Assim, dentro de uma visão psicossocial, a demanda apresentada possa ser discutida conquanto a vulnerabilidade desses indivíduos torna-se um entrave ao processo de recuperação de sua cidadania.

Palavras-chave: 1. Alcoolismo; 2. Drogas; 3. Psicologia; 4. Dependência; 5. Redução de Danos.

ABSTRACT:

This study aims to reflect on a very recurrent theme in contemporary times, involving the health area, which is the issue of drug use, more specifically the excessive consumption of alcoholic beverages and its impacts on the user's life. Therefore, the importance of bringing up the discussion of how health professionals, especially psychologists, can

¹ Acadêmico do curso de Psicologia, jcoflores.2009@gmail.com.

² Doutor e Mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio). Docente Efetivo do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). E-mail: daniлогodinho@unifimes.edu.br.



minimize the difficulties in dealing with the abusive use of alcohol, whether in the context of the physical and mental health of users/patients, as well as bring a look at the social environment in which these people find themselves. In this context, observing behaviors and environments that permeate users' lives becomes the focus of psychologists, as a strategy to understand and experience the entire problem of addiction so that more effective treatment can be sought. Complementary articles and texts, mostly published in reputable journals in the field of psychology, were used as the basis for this work. Discussions presented in these texts highlight the importance of working on harm reduction, referring to the difficulties faced by multidisciplinary teams, which direct the treatment to human subjectivity, and the dependent can be seen as a citizen, thus breaking the prejudice that permeates these subjects. Thus, within a psychosocial view, the demand presented can be discussed as the vulnerability of these individuals becomes an obstacle to the process of recovering their citizenship.

Keywords: 1. Alcoholic; 2. Drugs; 3. Psychology; 4. Addiction; 5. Damage Reduction.

INTRODUÇÃO

Abordar sobre o tema ‘drogas’, sendo lícitas ou ilícitas, torna-se de suma importância, pois sempre o assunto vem à baila, ainda que muitas vezes de forma simplista. Tendo em vista a relevância do olhar de profissionais da saúde, aqui mais especificamente de psicólogos, se faz extremamente necessário, uma vez que profissionais desta área podem ser um ponto de partida para o tratamento; não se esquecendo de que o trabalho multidisciplinar é fundamental para o sucesso da ação. O uso de substâncias psicoativas afeta não apenas o usuário direto, uma vez que essa pessoa vive em sociedade. Dessa forma, entende-se que também são afetados tanto a família quanto a sociedade em geral, tendo em vista que as relações interpessoais fazem parte do cotidiano humano.

A espécie humana caracteriza-se por um desenvolvimento singular das relações sociais – desenvolvimento esse que é sustentado por capacidades excepcionais de comunicação mental – e, correlativamente, por uma economia paradoxal dos instintos que aí se mostram essencialmente suscetíveis de conversão e de inversão e não tem mais efeito isolável senão de maneira esporádica. (LACAN, 2008, p. 7)

A convivência em sociedade traz ao ser humano a capacidade de entender a si mesmo e aos outros e, certamente, agrega ao seu desenvolvimento valores das mais variadas nuances. Dentro desse espaço social, primeiramente no âmbito familiar, a pessoa começa a assimilar a cultura de suas origens e, posteriormente, convivendo no espaço



externo ao lar, passa a adquirir novos conceitos e vivências no decorrer de sua existência. O artigo 226 da Constituição da República de 1988, traz a definição de família como sendo a base da sociedade e, portanto, compreende que esta recebe uma proteção especial do Estado. Juridicamente, na contemporaneidade, devido aos diversos núcleos familiares existentes, há um entendimento mais amplo deste conceito. A estrutura familiar, como sua base primária, designada a prover, proteger e atuar também como o suporte psicológico, aliada a toda uma cultura social, desempenha o papel do ponto de partida para a formação e desenvolvimento humano. Em segunda instância, vem a convivência com o meio social externo, seja no espaço educacional, relações sociais ou mesmo de trabalho, ampliando novas experiências e diversidade cultural à vivência humana.

Observa-se que na atual conjuntura uma grande recorrência ao consumo de bebidas alcoólicas, amplamente compartilhada e divulgada pela mídia. Não que o problema do uso excessivo de bebida alcoólica venha a ser exclusividade dos tempos atuais. Segundo Déa *et al* (2004, p. 109) “O consumo de substâncias psicoativas existe desde os primórdios da história do homem, em praticamente todas as culturas conhecidas”. Sáad (2001) corrobora com esse pensamento, acrescentando que a literatura específica traz indícios de que, ainda no fim do século XVIII, os norte-americanos começaram a ver o consumo de bebida alcoólica como um problema. O fato é que no momento contemporâneo há um incentivo ao consumo em excesso de bebidas com teor alcoólico. Como exemplo, pode-se mencionar as propagandas comerciais chamativas, com exposição de belas mulheres e ainda as músicas, cujas letras são claramente um convite ao uso exagerado do produto. Pode-se também exemplificar aqui, dentre tantas outras composições, a música “Zuar e Beber”, composta por Luizinho Lino e Marquinhos Maraial, gravada por Leonardo e regravada pela jovem dupla sertaneja Henrique e Diego, cuja letra inicia: “Eu vou zuar e beber / Vou locar uma van / E levar a mulherada / Lá pro meu apê / Que é pra gente beber”, e mais adiante continua “Já preparei, abasteci a geladeira / Tá lotada de cerveja / o ruído vai ser bom demais... / O prédio vai balançar quando a galera dançar / E a cachaça subir fazer zum zum”. Nota-se, mais uma vez, a alusão da beleza da figura feminina à bebida alcoólica.

Neste trabalho, entende-se que a sociedade em geral encontra-se nesse contexto, será discutida a importância da participação de profissionais da saúde, mais especificamente da área da psicologia, no que diz respeito à prevenção do consumo



excessivo da bebida alcoólica, bem como agente terapêutico de tratamento de pessoas alcoolistas.

O presente artigo objetiva compreender o processo do uso abusivo de álcool na sociedade contemporânea, bem como suas consequências, além de trazer um olhar da psicologia para o aspecto da saúde pública, tendo em vista a que o profissional busque se qualificar neste labor com a finalidade de que possa contribuir no processo de tratamento de usuários de bebidas alcoólicas, para que se possa trazer a esses um tratamento que lhe proporcione melhoria na sua qualidade de vida através de redução de danos.

Quanto ao aspecto metodológico, o presente trabalho é pautado em uma pesquisa bibliográfica, que tem por vez buscar conhecer os complexos processos de constituição da subjetividade humana, sendo esta, então, de cunho qualitativo. Classifica-se, assim, esta produção como sendo do tipo descritiva, que consiste em observar, interrogar, coletar, analisar, registrar e interpretar, através da busca de análise de dados, sem manipulá-los, nem tampouco com interferência do pesquisador. Pode, todavia, auxiliar na busca de oportunidades para desenvolvimento de novos estudos, mudanças no posicionamento e na observação dos elementos descritos. Interessante registrar que

Atualmente o alcoolismo é conceitualmente descrito na Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e na quarta revisão do Manual Diagnóstico e Estatísticos dos Transtornos Mentais da Associação Norte Americana de Psiquiatria (DSM-IV) como síndrome de dependência do álcool. Assim, a definição de alcoolismo adotada em CID-10 e DSM-IV passou a privilegiar também os padrões de consumo e não só os resultados da ingestão excessiva do álcool. (SILVA; SOUSA; CARVALHO, 2020, p. 845)

O alcoolista é visto pela sociedade em geral como alguém que vive à margem da sociedade, possivelmente envolvido na criminalidade, na iminência de provocar acidentes de trânsito, sendo que o mesmo tem dificuldades de se enxergar como uma pessoa doente e, dessa forma, acaba sendo excluído do meio social devido a sua condição.

Assim, o texto está dividido em cinco partes, com início trazendo tópicos históricos no que se refere a questões das drogas; seguindo com algumas referências às consequências do uso excessivo do consumo de álcool no Brasil, pelo viés da problematização de saúde pública; mais adiante, aponta os fatores que envolvem o alto consumo de álcool; em seguida, apresenta os desafios enfrentados pelo psicólogo no tocante às políticas de redução de danos; e, por fim, apresenta suas considerações finais.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA ACERCA DAS DROGAS

Em se tratando do consumo de drogas, leva-se em consideração todo um contexto, sendo este histórico e cultural. Sabe-se muito bem que o consumo de drogas não se reporta apenas à sociedade contemporânea, e sim a povos antigos e de diversas origens, como Acselrad *et al.* (2015) nos apresentam. Os autores afirmam que jamais existiu uma sociedade sem drogas.

Na Grécia antiga, acreditava-se que as divindades gregas, como Hypnos, do sono hipnótico, Thanatos, da morte, e Nys, da noite, eram adornadas com talos da papoula. Morfeu, o deus do sono, a cada noite também sacudia a planta sobre os mortais para lhe oferecer repouso e esquecimento. Hipócrates frequentemente mencionou a papoula como ingrediente de preparados medicinais, e Aristóteles, como um calmante, antidiarreico e sonífero. (ACSELRAD *et al.*, 2015, p. 35)

Sodelli (2010, p. 643) “estabelece o sentido do uso, seja recreacional, medicinal, nocivo, compulsivo, entre outros”, a fim de classificar as drogas como substâncias neutras, isto é, faz-se necessário analisá-las nos diversos contextos de apropriações e usos feitos pelos seres humanos, e não de forma abstrata. De saída, é preciso considerar que desde os primórdios da história humana, em praticamente todas as culturas conhecidas, o consumo de drogas é uma realidade, seja pelo seu âmbito motivacional de prazer, ou no tocante à imortalidade, ou mesmo por relacionar isso à sabedoria, entre outros, conforme ressaltam Déa *et al* (2004). Os referidos autores acrescentam ainda que cada cultura social define quais são as drogas consideradas legais e quais as consideradas ilegais. Nesse sentido, os psicoativos tem sido usados mediante crenças e/ou necessidades em conformidade à população e o seu tempo, como corrobora Souza (2012) afirmando que “O uso de drogas não é um fenômeno exclusivo da sociedade capitalista, pelo contrário, se faz presente ao longo da história da humanidade” (p. 271). Saád (2001) referencia que “A idéia de que uma pessoa pudesse consumir determinada substância e não ter problemas em relação a este consumo é bastante antigo e foi paradigma aceito por muito tempo” (p. 11). Ao se perceber que certas alterações no organismo do sujeito desencadeiam problemas físicos e/ou psicológicos, deve-se considerar que:

o uso de substâncias começa a se tornar um “problema” e surge a noção de dependência de drogas ou dependência como a perda do controle no consumo da substância, causando prejuízos físicos, emocionais e sociais. Surge também uma fama de tratamentos para controlar este “mal”, que variam de acordo com



a filosofia existente sobre qual seria a “causa” deste problema. (SAÁD, 2001, p. 11)

Importante afirmar é que se deve levar em consideração que, conforme nos apresentam Acselrad *et al.* (2015): “Desde a Antiguidade clássica, beber vinho era um hábito comum, prática aceita culturalmente” (p. 31) e, destarte, a sociedade tem aceitado e incentivado, culturalmente, o uso de bebida alcoólica. Mesmo sendo considerada uma droga lícita em nossa sociedade, a bebida alcoólica é “uma droga depressora do sistema nervoso central, que distende e desinibe. [...] O álcool já foi usado como remédio anestésico durante guerras na Europa.” (ACSELRAD *et al.*, 2015, p. 21).

Segundo Saád (2001, p. 12) “O uso de álcool começa a ser visto como problema por volta do final do século XVII”, visto que a partir deste momento o alcoólatra começou a ser visto como uma pessoa doente, passou a ser descrito como alguém que tinha a perda do controle sob seu comportamento de beber. Nesse período, através da visão cultural e religiosa de protestantes, veio a percepção de que o bebedor passa a ser um problema social, pois o entendimento era de que tornava-se difícil disvencilhar da bebida alcoólica uma vez iniciado no seu consumo. Entre a suposição de que a doença do alcoolismo pudesse ser transmitida de geração para geração ou que também pudesse ser adquirida, surgem, nos Estados Unidos, conforme ainda cita Saád (2001), dois movimentos: o Movimento de Temperança, que trazia, em sua essência, mudanças e rediscussões sobre diversas variáveis; e, já no final do século XIX, o Movimento Proibicionista, cuja premissa é que o alcoólatra passa a ser visto como “peste e ameaça” à sociedade. No século XX houve a criação dos Alcoólicos Anônimos (A.A.), que traz a visão da bebida alcoólica como uma droga socialmente aceitável e, portanto, trabalha a necessidade de abstinência.

A temática das drogas vem sendo tratada de modo suficientemente excessiva sob a forma de discursos dos mais variados campos de conhecimento, sobretudo, ao longo da última metade do século XX. Os debates sobre a questão das drogas a partir do final do século XIX e no decorrer do século XX, no entanto, carecem ser minimamente sistematizados sob pena de incorrerem em erros de julgamento ou anacronismos. Isto porque a noção dicotômica lícito/ilícito só irá surgir após o primeiro quarto do último século com o fortalecimento dos movimentos proibicionistas nos Estados Unidos da América. (CARVALHO, 2011, p. 3)

Avançando nesse pensamento, Coelho e Monteiro (2017) trazem, no tocante às políticas e culturas em referência aos debates relativos às drogas, que “O enfoque



proibicionista, é orientado para a repressão ao consumo de entorpecentes e pelo amedrontamento como ferramenta educativa” (p. 3). De acordo com Maciel e De Vargas (2015), as transformações ocorridas na sociedade no século XVIII com a Revolução Industrial aceleraram o processo de desenvolvimento do capitalismo, em cujo contexto de plena ascensão econômica, “[...] a droga torna-se um produto de grande rentabilidade, incluindo as ilícitas que dão origem ao narcotráfico.” (p. 208); entende-se então que nesse sistema econômico, a intensificação e o estímulo à produção, cada vez mais em larga escala, incentiva o consumo e a venda para que haja uma alta rentabilidade. Porém, não se pode pensar que o uso de drogas seja uma exclusividade do sistema capitalista, uma vez que isto vem decorrendo ao longo da história da humanidade, como visto neste tópico a partir de Souza (2012) e de outros autores. Vale ressaltar que em cada período histórico, o consumo e o abuso de substâncias lícitas ou ilícitas, em consonância com a cultura e o meio social vigente, pode resultar em consequências tanto para o usuário quanto para a sociedade na qual está inserido.

CONSEQUÊNCIAS DO USO EXCESSIVO DE ÁLCOOL NO BRASIL: UMA PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

As drogas, classificadas como elementos químicos ou misturas que têm a propriedade de alterar a função biológica e, desse modo, o organismo, como citam Malbergier *et al* (2013), a partir da definição da Organização Mundial da Saúde, são classificadas em lícitas ou ilícitas, conforme a legislação vigente. Álcool e tabaco; benzodiazepínicos e anfetaminas, estas desde que controladas através de prescrição médica; e solventes e inalantes, a exemplo de cola de sapateiro, que também devem ser comercializadas com controle, são consideradas lícitas conforme a legislação brasileira. Porém maconha, cocaína e crack, por exemplo, têm sua produção, comercialização e consumo vetadas por leis específicas em nosso país, sendo, portanto, ilegais.

Malbergier *et al* (2013) complementam que as drogas também podem ser classificadas quanto a sua origem: em semissintéticas, quando extraídas de plantas, mas que necessitam passar por um processamento em que haja alterações químicas para serem consumidas, como por exemplo a cocaína e bebidas alcoólicas; e em sintéticas, que são aquelas produzidas artificialmente em laboratórios, a exemplo do ecstasy e



benzodiazepínicos, sendo esta última produzida por laboratórios farmacêuticos com finalidade medicinal.

Vale ressaltar ainda que Malbergier *et al* (2013) afirmam que estas substâncias podem causar intoxicação, principalmente quando consumidas em excesso, podendo alterar o Sistema Nervoso Central, causando danos físicos e/ou psicológicos, e até mesmo a morte. Por outro lado, há também a chamada crise de abstinência, resultado de interrupção abrupta do consumo de determinada droga, fato esse que pode causar sofrimento físico e/ou psicológico, prejudicando o funcionamento do indivíduo em várias aspectos da sua vida.

Referindo-se ao padrão de consumo de drogas no Brasil, Déa *et al* (2004) informam que este não é comparável aos níveis de países desenvolvidos, mas que há uma evolução no quadro e que isto torna-se “uma preocupação obrigatória dos profissionais da área de saúde” (p. 109). Os autores seguem ainda alertando sobre as diferenças comportamentais entre homens e mulheres usuários de algum tipo de droga, relatando um estudo no qual:

o álcool é a droga mais amplamente utilizada pelos estudantes, muito à frente do segundo colocado, o tabaco. O uso de álcool tem início bastante precoce na vida desses jovens – cerca de 50% dos alunos entre 10 e 12 anos já fizeram uso dessa droga. O uso freqüente e o uso pesado vêm aumentando na maioria das capitais estudadas. Quase 30% dos estudantes já utilizaram bebidas alcoólicas até embriagar-se. (DÉA et al., 2004, p. 109)

A preocupação torna-se pertinente, uma vez que os jovens se inserem demasiadamente cedo no mundo da embriaguês. Há de se considerar a necessidade de criação de planos de ação, tais como tratamento, prevenção de danos e assistência aos já dependentes. Várias práticas utilizadas, como em meados do século XX a denominada Pressão Proibicionista, como aponta Brasil (2011) e Sáad (2001), em substituição ao Movimento de Temperança. Estes movimentos surgiram em socorro às pessoas que apresentavam sofrimento devido ao estado de embriaguês, causando transtornos às famílias e aos trabalhadores, pois suas vidas entravam em colapso. Sáad (2001) relata que a doença do alcoolismo supostamente teria indícios hereditários, embora apresentasse traços de que pudessem também ser adquiridos. Em consonância a isto, Coelho e Monteiro (2017) apontam “a relevância das discussões sobre os diversos fatores



envolvidos no uso de drogas, contraposta a uma visão repressiva e proibicionista que não estimula uma reflexão crítica e democrática sobre o tema” (p. 2).

Bittencourt (1993) ressalta que “Existem aqueles sujeitos que já provaram de tudo: grupos anônimos, fazendas de recuperação, religião etc.”, o que aponta que desejo de se libertar do vício já demonstra que o usuário intenciona se tratar, tendo aí o início de uma demanda a ser validada. À luz do que nos apontam os autores, o que se pode observar é que, frequentemente, um dependente se disponibiliza à busca de ajuda através de terceiros, o que não deixa de ser um bom sinal. No entanto, por outro lado, o que se sabe é que, embora em teor inferior a outras drogas, “O álcool e o tabaco também podem matar, [...]” conforme apresentam Neves e Segatto (2010, p. 4). Torna-se importante levar em consideração que o alto consumo de bebida alcoólica vem inserido em diversos fatores e, assim, todos eles devem ser analisados sem que haja um pré-julgamento.

FATORES ENVOLVIDOS NO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL

Uma vez sendo uma droga lícita, o álcool torna-se uma substância bem aceita e incentivada socialmente, inclusive através de propagandas, bem como classificada, conforme informam Déa et al (2004) “[...] a droga que mais danos traz à sociedade como um todo.” (p. 111); complementando, os autores destacam que o período da adolescência, bem como o início da idade adulta, são períodos propícios ao consumo de bebida alcoólica, além de fatores prováveis a esse aumento, ressaltando ainda que a terceira idade também apresenta alguns fatores que desencadeiam problemas que se associam a esse consumo. Lima et al (2015, p. 188) complementam que “As consequências do consumo de álcool e outras drogas constituem um dos mais graves problemas de saúde, [...]”. Em vista disso, deve-se levar em consideração que:

Sem dúvida, um copo de cerveja não torna ninguém um alcoólatra nem um baseado faz de alguém um dependente. A ideia de que quem usa uma droga usará todas, e cada vez mais fortes, não pode ser generalizada. Uso e dependência são situações diferentes. O primeiro faz parte da experiência humana. A segunda resulta de um conjunto de comportamentos de risco, expressa dificuldades passageiras ou mais profundas, devendo ser compreendida caso a caso. (ACSELRAD et al., 2015, p. 141)

Neste contexto de discussão, cabe ressaltar que a subjetividade do sujeito deve ser levada em conta quando se vai fazer uma análise das propensas situações que o leva a



enveredar pelo caminho do consumo de bebida alcóolica. Tal como observado a partir da citação acima, é preciso cuidar para não ficarmos reféns de generalizações e simplificações que ao invés de oferecer avanços acabam por trazer retrocessos e aumentar os preconceitos.

Neste sentido, desmistificar o tema das drogas é de fundamental importância, uma vez que elas estão cada vez mais acessíveis e presentes no cotidiano da sociedade. Faz-se, então, necessário que as famílias, a escola e a sociedade como um todo busquem informações com o intuito de tomar consciência das verdadeiras consequências que uma pessoa usuária de qualquer substância, seja lícita ou não, venha sofrer. Conforme nos alerta Acselrad *et al.* (2015), outro fator a ser observado é que a droga não faz o mesmo efeito para qualquer um que a consome. Vários fatores devem ser considerados, desde qual a substância usada, em qual meio a pessoa se encontra e até mesmo o momento em que o uso é feito. Portanto, os efeitos podem ser diferenciados em cada usuário e em cada contexto de uso.

Segundo Bittencourt (1993), quando o sofrimento atinge a pessoa, referindo-se mais especificamente ao consumo de drogas, deve-se considerar o fato de que há pessoas que, ao buscar ajuda no campo da saúde, já passaram por diversos meios e recursos em busca de um tratamento e de cura. Deve-se, portanto, pensar o usuário como vítima, como relata Machado (2015), de todo um contexto socioambiental em que se encontra, uma vez que as drogas surgem como um alívio à angústia vivenciada e, devido a sua fragilidade, o usuário acaba sendo envolvido numa complexa teia de relações, com forte presença de interesses econômicos em jogo. Assim, é necessário pautar o debate como um problema de saúde e segurança pública, com ênfase na preocupação quanto às mazelas e aos riscos políticos, sociais e econômicos. Constata-se que isso se dá devido ao fato de que o usuário abusivo de bebida alcoólica é portador de uma doença psiquiátrica crônica, que necessita de um atendimento especializado para que se evite a evolução do quadro, uma vez que o alcoolatra pode se tornar uma pessoa agressiva, gerando transtornos à família e à sociedade em geral, além de que possa vir a sofrer de doenças recorrentes ao uso da bebida. Vale ressaltar que este paciente, todavia, torna-se inapto às atividades laborais e que se faz necessário desenvolver programas que visam prevenção do uso excessivo dessa substância, bem como a reinserção deste indivíduo na sociedade.



Dessa maneira, tem-se a crença de que as drogas prejudiciais à saúde são apenas as ilícitas, sendo estas as mais focadas e execradas, tais como maconha, cocaína, crack etc. Contudo, Neves e Segatto (2010) nos alertam que é ilusão pensar que apenas substâncias ilícitas têm o poder de levar o indivíduo ao óbito. Bebidas alcoólicas e tabaco também podem afetar o organismo do consumidor de maneira letal. Acselrad *et al.* (2015) complementam que o consumo excessivo de álcool é também a porta para que surjam diversas outras doenças, tais como câncer, problemas cardiovasculares, doenças do pâncreas, a cirrose, além de doenças psíquicas a exemplo de ansiedade e depressão. Os autores assinalam ainda que:

Quando ultrapassamos os limites da bebida, seja pelo aumento da quantidade, seja pela frequência de uso, algumas características são visíveis, mas cada pessoa reage de forma diferente, de acordo com seu tamanho físico, seu estado de saúde físico e psíquico, seu momento de vida. Homens e mulheres reagem de forma diferente. A noção de ultrapassar os limites, portanto, depende da pessoa e do contexto. Em média, cada copo de bebida leva uma hora para ser absorvido. O álcool não é digerido, mas passa diretamente do tubo digestivo para o sangue em alguns minutos, e assim para todo o organismo. Beber com o estômago vazio faz com que o álcool chegue mais rápido à circulação sanguínea. Sob o efeito de uma dose moderada de álcool, a pessoa fica desinibida, alegre, confunde os limites. Já o bêbado tem mudanças de humor repentinas e injustificadas. Alguns sintomas visíveis são perturbações da coordenação muscular e dos reflexos neurológicos, o andar trôpego e o comportamento alterado. (ACSELRAD *et al.*, 2015, p. 56/57)

Tal como assinalado acima, não se pode medir os efeitos que a bebida alcoólica exerce no organismo de um indivíduo, porque isto depende de várias nuances. As variáveis vão do porte da pessoa, do gênero, do estado físico e psíquico, da quantidade de bebida ingerida, enfim, do contexto em geral. Desse modo, sabe-se que as reações ocorrem de forma diferente de caso a caso.

Fazendo uma análise psicanalítica, através do texto “Droga(há)ditos”, Becker e Vidal (1993) inferem que “[...] se a droga se apresenta como um desmentido da castração, isto é, para manter a ordem do engano em relação ao Outro, o ato analítico deverá conduzir a um ponto de certeza do sujeito. E aí sim, a dimensão da causa se antecipa” (p. 72). Percebe-se que convém ter um olhar mais apurado ao ambiente no qual o indivíduo está inserido, pois este encontra-se inconsciente, num processo de repressão, enfrentando barreiras psíquicas que o levam ao estado conflitivo, uma vez que “O sujeito faz sua droga e não o inverso.”, como se posiciona Le Breton (2018, p. 127). Desse modo, deve-se levar em consideração que o foco de atenção deve ser o usuário e não a substância em si, uma



vez que o acolhimento deve ser feito ao indivíduo, conforme sua subjetividade, observando seu histórico e sua experiência com a droga. Assim, é de grande relevância pensar como o psicólogo deve agir mediante a questão do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, enfrentando os obstáculos que veem em consequência deste uso, para que possa atuar assertivamente dentro de políticas de redução de danos.

O PAPEL DO PSICÓLOGO DENTRO DAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS: OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Quando um profissional assume a incumbência de lidar com pessoas que se encontram adoecidas devido ao consumo excessivo de alguma substância, precisa levar em consideração que se deve estar preparado tanto emocionalmente quanto buscar estar sempre se capacitando para melhor exercer seu ofício, independente da área da saúde na qual atua. Partindo dessa premissa, “O melhor tratamento é aquele com quem a pessoa mais se identifica, aquele que a respeita em sua cidadania.” Acselrad *et al.* (2015, p. 118).

No tocante à participação de profissionais, enquanto agentes no campo da saúde pública, mais especificamente na área da psicologia, pode se observar que tem ocorrido algumas evoluções pelo prisma histórico.

Durante as décadas de 1960 e 70, as questões políticas não eram priorizadas nos discursos e práticas dos psicólogos. A Psicologia era valorizada em seus aspectos técnicos e científicos, alienada do processo histórico e político no qual estava inserida. Tratava-se de um produto técnico a ser oferecido à população e, para que esta oferta fosse bem sucedida, o psicólogo deveria ignorar os possíveis desafios e críticas à sua atuação e compactuar com os poderes instituídos a fim de garantir a reprodução do sistema social. (ANDRADE; MORATO, 2004, p. 345)

Em consonância a essa ideia, Lima *et al.* (2015) acrescentam que a partir do momento que a psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil, houve consideráveis conquistas no campo da saúde pública, com grande enfoque após a criação do SUS, que veio como uma nova perspectiva para lidar com a questão saúde-doença. Desta feita, um questionamento primário a ser levantado, para quem vai atuar neste campo, seria “[...] onde está meu interesse, nas drogas ou no humano?” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p.89).

O Art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz que “A



saúde é direito de todos e dever do Estado”, respaldando, portanto, a fala de Lima *et al.* (2015) de que o Atendimento Primário (AP) requer que haja uma equipe multidisciplinar de profissionais, que possa trabalhar em rede na prestação de serviços, como meio de adquirir recursos para que se possa ter melhores condições, ou seja, mais eficazes para enfrentar as adversidades nos cuidados para com os usuários de bebida alcoólica e outras drogas. Em MacRae (2003) encontramos, no quesito política pública em relação à chamada “guerra às drogas”, que estas devem ser discutidas em prol de se buscar estabelecer a melhor maneira de se ter uma prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas, de modo a gerar maior eficácia em suas ações.

Para Acselrad *et al.* (2015) torna-se mister avaliar e implementar uma política mais assertiva no que se refere ao tratamento de questões relacionadas às drogas. Há a necessidade de se ir além da quantidade de drogas apreendidas e de tudo que se relaciona ao tema, tais como: número de pessoas presas ou mortas, e até mesmo de pessoas que sofreram alguma comorbidade em decorrência ao uso de alguma substância etc, para que se tenha noção da real situação e para que se possa agir com maior capacidade de se evitar ‘erros’.

Atentando-se ao fato de que jamais existiu uma sociedade que nunca tenha consumido drogas, há de se considerar que a proibição do consumo de bebidas alcoólicas não tem a eficácia que se espera. O objetivo, então, é procurar conscientizar acerca das possíveis consequências, buscando a prevenção de possíveis abusos e a ocorrência de acidentes. Ademais,

A redução de danos teve origem na Inglaterra, em 1926, com as recomendações de um relatório que ficou conhecido como “Relatório Rolleston”, que estabelecia o direito de os médicos ingleses prescreverem suprimentos regulares de opiáceos a dependentes dessas drogas. (SODELLI, 2010)

Maciel e De Vargas (2015) expressam que “A proposta da RD frente aos usuários de drogas tem sido cada vez mais admitida nos programas de saúde pública frente à falácia da ideologia proibicionista.” (p. 208/209) e o Conselho Federal de Psicologia (2019) destaca que há distinção entre proibicionismo e redução de danos (RD), quando se refere aos métodos de lidar com a problemática relacionada às drogas.

Lima *et al.* (2015) ressaltam que “[...] oferecer ação de RD, como orientações e intervenções breves para minimizar as situações de vulnerabilidade e a exposição a riscos



físicos e sociais; [...]” (p. 194) se faz necessário, uma vez que o acompanhamento psicossocial, o acolhimento e o cuidado, o fortalecimento de laços sociais, em conformidade com as diversidades e carências do usuário, com intervenções precisas e devidas, livre de preconceitos, resulta na política de trabalho em atenção psicossocial que o profissional deve se nortear neste campo de atuação.

De acordo com Sodelli (2010) seria utópico pensar em extinguir o uso de drogas entre os seres humanos, uma vez que, para que isso acontecesse, haveria a necessidade de modificar a sua própria condição ontológica. Benevides (2015) complementa que “[...] pensar a interface da Psicologia com o SUS se dará exatamente por este ponto conector: os processos de subjetivação se dão num plano coletivo, plano de multiplicidades, plano público.” (p. 23) Tendo em vista que “[...] saúde é mais do que ausência de doença e saúde psicológica é a possibilidade de realização pessoal do indivíduo em todos os aspectos, incluindo a capacidade de enfrentamento e de transformação da realidade.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 69).

No contexto do consumo de drogas, a ignorância, que gera preconceito e enganos, a respeito do uso dessas substâncias lícitas e/ou ilícitas, torna-se um problema, uma vez que se deve discutir sobre o que acarreta o consumo de cada tipo, levando-se em consideração o prazer que elas podem proporcionar, bem como quais os riscos decorrentes ao consumi-las. Daí, para Acselrad *et al.* (2015) torna-se importante destacar o processo de produção de drogas lícitas e ilícitas, uma vez que as lícitas podem ser usadas até mesmo como medicamentos, sendo assim fabricadas em laboratórios de controle por parte do Estado; a ilícitas, até mesmo pela suas características são fabricadas em laboratórios clandestinos, à revelia de qualquer controle de algum órgão oficial sendo, portanto, de qualidade questionável (no quesito dos aspectos sanitários). O preço também é outro fator levado em consideração. Os autores complementam ainda que não se deve romantizar o labor na área de saúde que lida mais especificamente com este problema do consumo de drogas, pois lidar com a problemática de consumo de drogas não é uma tarefa fácil, uma vez que para tanto se faz necessário estar sempre aberto ao aprendizado e ter convivência com os usuários, para que haja uma melhor compreensão de como o profissional pode ser mais assertivo em suas ações.

Neste sentido, o Conselho Federal de Psicologia (2019) relata que “Existem



diversas experiências exitosas, no campo das políticas públicas de saúde, com a participação de psicólogas(os) que, ao longo do tempo, desenvolveram práticas de cuidado e de acolhimento.” complementando que existem determinantes históricos, sociais e culturais relacionadas ao uso de drogas e não se pode reduzir o processo a uma classificação ou mesmo a um diagnóstico patológico para que se possa considerar um ser tratado.

À vista disso, Lima *et al.* (2015) frisam que o grande desafio do profissional que lida com estas questões relacionadas à droga, é saber acolher com respeito à pluralidade dos usuários e suas famílias, ter uma boa compreensão do fenômeno que envolve todo o processo do usuário, com finalidade de promover a saúde deste e saber lidar com seus preconceitos relativos às pessoas dependentes de drogas, para que, desse modo, possa atuar como orientador, através de um trabalho de educação, prevenção e proteção aos riscos iminentes. Vale ressaltar a importância da preparação dessa equipe, até mesmo quando se refere à segurança desta, uma vez que o usuário possa se revelar uma pessoa agressiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo bibliográfico feito para a construção deste trabalho foi possível abranger a ideia do quão importante se faz discutir o assunto, uma vez que o tema é de grande relevância, conquanto o uso de drogas, sendo lícitas ou ilícitas, é recorrente no histórico da humanidade. Trazer a diversidade da discussão em torno de tratamentos e/ou acompanhamento por uma gama de profissionais da saúde é também de suma importância, pois estas informações podem nos direcionar aos caminhos que poderão ser mais assertivos ao se lidar com esta situação. Não se cabe aqui julgar uma técnica ou outra, mas analisar o que cada uma pode acrescentar ao profissional da saúde que está diretamente enfrentado o desafio de proporcionar melhorias no quadro apresentado. Embora há citações a respeito de uso de diversas drogas, o foco no consumo excessivo de bebidas alcoólicas veio em decorrência de que estas se apresentam como a grande preocupação de ser abertamente mais consumida e porta de entrada a outras drogas.

A partir desta perspectiva dos artigos e textos estudados para a composição desse trabalho, cabe aqui destacar o quanto foram significativas as leituras acerca do tema, uma



vez que cada ponto trouxe uma concepção mais enquadrinhada de como um psicólogo deva ter para sua atuação.

Ter participado ativamente deste estudo foi primordial para mim, não apenas enquanto acadêmico concluinte do curso de psicologia, mas, fundamentalmente, por ‘quebrar’ vários preconceitos referentes aos usuários de drogas em geral. Outro fator preponderante foi conceber a ideia de que o profissional da área da saúde deve ser aquele que traz uma avaliação ampla e humanitária à questão, uma vez que diversos aspectos cercam a problemática, incluindo a individualidade do usuário, transcorrendo pela ótica social, ou seja, o biopsicosocial, e toda uma demanda envolvendo economia, saúde e cultura.

Pelo viés da psicologia, foi primordial buscar um pouco de várias abordagens citadas como a fenomenologia existencial em Sodelli (2010); citações da Terapia Cognitivo-Comportamental e da Psicanálise em Brasil (2011, p.159); alusões ao sociodrama e ao psicodrama em Déa *et al.* (2012, p. 113). Conhecer e entender a necessidade do uso das estratégias da Redução de Danos através de Sodelli (2010), Brasil (2011), Lima *et al.* (2015), referencia o direcionamento aos cuidados com o usuário.

Em suma, espera-se que este trabalho possa contribuir de alguma forma para com todos aqueles que intencionam se dedicar aos cuidados daqueles que sofrem, direta e indiretamente, dos efeitos que o uso abusivo de substâncias lícitas ou ilícitas possam causar às pessoas.

REFERÊNCIAS:

- ANDRADE, Ângela Nobre de; MORATO, Henriette Tognetti Penha. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estudos de Psicologia** 2004, Natal, v. 9, p. 345-353, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/ZtMJdshCD6FTjhqtYLxYCsD/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em: 08 out. 2021.
- BITTENCOURT, Lígia. **A Clínica das Entrevistas Preliminares nas Toxicomanias: desmontagem da demanda de tratamento.** Caderno do NEPAD, p. 12-18, 1993.



BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Marcelo Santos Cruz. Ministério da Justiça (comp.). **Redução de Danos, Prevenção e Assistência**: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. 4. ed. Brasília: SENAD, 2011. 432 p. (Prevenção ao uso indevido de drogas - Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias). Unidade 8. Disponível em: <https://mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto_Semear/Material_Capacitacao/Curso_Prevencao_ao_uso_indevido_de_Drogas_Capacitacao_para_Conselheiros_e_Liderancas_Comunitarias_2011_SENAD.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL; A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL. VI **Semana de História e III Seminário Nacional de História**: Política, cultura e sociedade, Rio de Janeiro, p. 1-17, 2011. Disponível em: <http://www.neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/carvalho_histria_politica_criminalizao_drogas_brasil.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

COELHO, Francisco José Figueiredo; MONTEIRO, Simone. **Educação sobre Drogas**: um olhar transversal rumo à democracia. IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologia, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-10, 2017. Disponível em: <<http://www.seminarioredes.com.br/ixredes/adm/trabalhos/diagramados/TR311.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2021.

DÉA, Hilda Regina Ferreira Dalla et al. A Inserção do Psicólogo no Trabalho de Prevenção ao Abuso de Álcool e Outras Drogas. *Psicologia Ciência e Profissão*, [s. l], v. 24, n. 1, p. 108-115, 29 ago. 2012. Semestral. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Departamento de psicologia, PUC-SP. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/36htZtV8MhRkNcJmDTmw7rN/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 08 out. 2021.



HENRIQUE & Diego - Zuar e Beber (Ao Vivo). Música: Zuar e Beber. Campo Grande: Sony Music Entertainment, 2013. (3min26.), mp4, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gfCQUktVAeY>>. Acesso em: 09 out. 2021.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**: ensaio de análise de uma função em psicologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 95 p. Marco Antônio Coutinho Jorge, Potiguar Mendes da Silveira Júnior. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/s10n18c>>. Acesso em: 11 out. 2021.

MACIEL, Marjorie Ester; DE VARGAS, Divane. **Redução de danos**: uma alternativa ao fracasso no combate às drogas. **Cogitare Enfermagem**, v. 20, n. 1, 2015.

MALBERGIER, André *et al.* **Álcool e outras drogas**: conceitos básicos. São Luís – MA, 2013.

NEVES, Elcione Alves Sorna; SEGATTO, Maria Luiza. **Drogas Lícitas e Ilícitas**: uma temática contemporânea. **Revista da Católica**, [s. l], v. 2, n. 4, p. 1-9, 2010.

SAÁD, Ana Cristina. **Tratamento para dependência de drogas**: uma revisão da história e dos modelos. CRUZ, MS; FERREIRA, SMB (rgs). **Álcool e drogas**: usos, dependências e tratamentos. Rio de Janeiro: Edições Ipub/Cuca, p.11-31, 2001.

SILVA, Maria José Vieira da; SOUSA, Simone Nunes Viana de; CARVALHO, Clézio Rodrigues de. Impacto do alcoolismo na vida social e familiar. **Revisa**: Revista de Divulgação Científica Sena Aires, Valparaíso de Goiás, v. 10, n. 3, p. 481-492, 21 jun. 2020. Trimestral. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Minist%C3%A9rio+da+Sa%C3%BAde+e+o+consumo+de+bebidas+alco%C3%B3licas+pelo+olhar+a+psicologia+em+2021&btnG=#d=gs_cit&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3A3ttUKdzvZJ8J%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D3%26hl%3Dpt-BR>. Acesso em: 05 dez. 2021.



SODELLI, Marcelo. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 637-644, 04 maio 2010. Semestral. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Departamento de psicologia, PUC-SP. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/k3vrmx6wjKLzQSvKp6BS68R/?lang=pt#>>. Acesso em: 08 out. 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. A Questão do “Consumo de Drogas”: Contribuições para o Debate. **Serviço Social & Saúde**, Campinas - SP, v. 11, n. 2, p. 269-286, 2012. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635213>>. Acesso em: 11 out. 2021.